

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1013085-31.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor**
 Requerente: **Ismael Ferreira Coelho**
 Requerido: **Banco Mercantil do Brasil S/A**

Prioridade Idoso
 Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

Vistos.

Ismael Ferreira Coelho ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais contra **Banco Mercantil do Brasil S/A** alegando, em síntese, que é correntista do requerido e, em seu extrato, percebeu a compensação indevida de cheques. Relatou que não solicitou talonário de cheques e que, portanto, não os emitiu – folhas de números 40 a 60. O fato foi noticiado ao banco demandado, o qual providenciou o estorno de dezesseis cheques, no valor total de R\$ 41.234,50. Ocorre que o requerido cobrou do autor, de forma indevida, R\$ 10,00 pelo envio do talonário, além de R\$ 100,00 referente à microfilmagem de alguns cheques devolvidos, sendo R\$ 20,00 por folha. O autor pede a restituição em dobro de tais valores. Além disso, alega que o banco forneceu a supostos credores seu telefone celular, o que desencadeou cobranças indevidas, tendo que recebido inclusive ameaças, o que motivou o requerente a mudar o número do telefone. Formalizou boletim de ocorrência. Disse que pode haver novo desconto indevido de cheque ainda não localizado. Pede também indenização por danos morais, no valor de R\$ 82.469,00. Juntou documentos.

O requerido foi citado e contestou sustentando, em suma, que o autor estava ciente de todos os encargos, devidamente mencionados no contrato, daí a licitude da cobrança. Informou que procedeu ao estorno dos valores dos cheques indevidamente compensados. No mais, negou ter informado o número de celular do autor para terceiros. Discorreu sobre o direito aplicável. Impugnou o pedido de indenização por danos morais. Pede ao final a improcedência da ação. Juntou documentos.

O autor apresentou réplica.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Concedida oportunidade para especificação de provas, o autor não se manifestou e o requerido dispensou qualquer dilação.

É o breve relatório.
Fundamento e decido.

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, pois não há necessidade de outras provas, haja vista o teor das alegações das partes e documentos apresentados, que bastam para a pronta solução do litígio.

O pedido deve ser julgado procedente em parte.

Não há controvérsia quanto ao fato de o autor não ter emitido os cheques que foram indevidamente compensados, pois o requerido, uma vez informado a respeito disso, providenciou na via administrativa o estorno de todos os valores não reconhecidos pelo correntista. Então, nesse ponto central, nada há a ser indenizado.

E, nessa linha de raciocínio, se o autor não solicitou talonário, e se todos os cheques desse talonário não foram reconhecidos, bem por isso é que o requerido providenciou os meios de reparar o dano que provocou, não há razão plausível que justifique a cobrança de R\$ 10,00, pelo talonário, e de R\$ 100,00, pela microfilmagem (fls. 17/20).

Por isso, é caso de determinar restituição em dobro, porquanto o artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, é de clareza meridiana ao prever que: *O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.*

Como visto, nada justificava o engano do requerido, daí por que a repetição dar-se-á em dobro, na forma do dispositivo mencionado. Conforme esclarece **Cláudia Lima Marques**, a devolução simples do cobrado indevidamente é para casos de erros escusáveis dos contratos entre iguais, dois civis ou dois empresários, e está prevista no CC/2002. No sistema do CDC, todo o engano na cobrança de consumo é, em princípio, injustificável, mesmo o baseado em cláusulas abusivas inseridas no contrato de adesão, ex vi o disposto no parágrafo único do art. 42. Cabe ao fornecedor provar que seu engano na


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

cobrança, no caso concreto, foi justificado (Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 805).

De outro lado, é improcedente o pedido de indenização por danos morais.

De início, não custa lembrar que, para justificar pleito de indenização por danos morais, necessário se mostra examinar a conduta do agente causador do fato, verificando sua reprovabilidade, assim como a potencialidade danosa dessa conduta em relação ao patrimônio imaterial da vítima, de modo a reprimir a prática de atos que atinjam a honra, a imagem e outros direitos inerentes à personalidade.

Nesse sentido é a doutrina de **Sérgio Cavalieri Filho**: *O dano deve ser de tal modo grave que justifique a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Nessa linha de princípio, só deve ser reputado dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos.* (**Programa de Responsabilidade Civil**, Malheiros Editores, 2ª edição, p. 79).

No caso dos autos, verifica-se a inexistência de violação de danos dessa envergadura. Com efeito, o autor alegou que, em razão dos diversos cheques compensados indevidamente, passou a receber cobranças indevidas de terceiros, via telefone celular, pois o requerido teria informando o número aos supostos credores. A alegação, entretanto, não se sustenta.

De fato, é sabido que os bancos não fornecem números de telefone dos correntistas a supostos credores. Trata-se na verdade de afirmação vaga e desprovida de embasamento no que ordinariamente acontece. Além disso, a inicial não está instruída com relação de ligações recebidas ou efetuadas, que teriam de algum modo vínculo com o caso


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

em apreço, o que reforça a falta de verossimilhança do pleito.

Além disso, o autor informou que, em razão das insistentes cobranças, necessitou trocar o número de seu telefone celular. No entanto, também não demonstrou o fato por documentos, o que seria bastante simples. Realmente, bastava noticiar qual o número anterior e qual o atual, bem como a data em que houve a solicitação de alteração junto à operadora de telefonia, para então se demonstrar minimamente o quanto alegado.

No mais, o autor não recebeu nenhuma notificação de protesto dos cheques, pois alguns sequer foram compensados, e seu nome não foi incluído em órgãos de proteção ao crédito, como SCPC e Serasa. Enfim, nada há de concreto, além do dano material já reparado, que justifique o pagamento, pelo requerido, de indenização por danos morais.

Em caso análogo, já se decidiu: *INDENIZAÇÃO - Dano material e moral - Compensação indevida de cheque - Falsidade de assinatura não observada - Dano material consumado - Comunicação de extravio inexistente - Dano moral não caracterizado. I - Demonstrado que o correntista teve cheque com assinatura falsa compensado, de rigor a condenação pelos danos materiais decorrentes da falta de conferência. II - Não há que se falar em indenização por danos morais se o cliente, ciente do furto de folhas de cheque, deixa de comunicar o fato à instituição financeira. Repercussão do fato, ademais, limitada. III - Ônus sucumbenciais igualmente repartidos. Recurso do réu parcialmente provido, prejudicado o do autor* (TJSP, Apel. 9244035-06.2003.8.26.0000, Rel. **Andrade Marques**, 22ª Câmara de Direito Privado, j. em 20.10.2011).

Ante o exposto, **julgo procedente em parte o pedido, apenas para condenar o requerido a restituir ao autor, em dobro, os valores cobrados indevidamente, no valor de R\$ 10,00 (dez reais) e R\$ 100,00 (cem reais), com correção monetária, pelos índices da tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo, a contar de cada desembolso, e juros de mora de 1% ao mês, contados da data da citação, desacolhendo-se o pedido de indenização por danos morais. Em consequência, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas processuais serão

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

suportadas na proporção de metade sob responsabilidade de cada parte, nos termos do artigo 86, *caput*, do Código de Processo Civil.

Considerando que os honorários advocatícios são direito do advogado, sendo vedada a compensação, nos termos do artigo 85, § 14, do Código de Processo Civil, condeno o requerido ao pagamento de honorários advocatícios em favor do advogado da parte autora, fixados em 20% sobre o valor da condenação, e condeno o autor a pagar ao advogado do requerido honorários advocatícios fixados por equidade em R\$ 500,00 (quinhentos reais), observado o proveito econômico obtido por ambas as partes e os critérios do artigo 85, §§ 2º e 8º, respeitado o disposto no artigo 98, § 3º do mesmo diploma legal, pois o autor é beneficiário da gratuidade processual.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 05 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**